

OBJETIVOS

- Estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a **responsabilidade na gestão fiscal**.

↳ Não preenche lacunas da 4.320/64, nem a revoga.

- Promover:
 - Ação planejada (Instrumentos de planejamento e orçamento + relatórios)
 - Ação transparente (Publicidade + ampla prestação de contas)
- Prevenir riscos + corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.
- Promover o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas
- + obediência a limites e condições no que tange a:

- Renúncia de receitas
- Despesa com pessoal e da seguridade social
- Dívida consolidada/mobiliária + operações de crédito (Inclusive por A.R.O.)
- Concessão de garantia e inscrições de restos a pagar.

ABRANGÊNCIA

- União + Estados/DF + Municípios:
 - Poder { executivo
legislativo (+ tribunais de contas)
judiciário
 - M.P.
 - Administração Direta + Fundos e Fundações
 - + Autarquias
 - Empresas estatais dependentes

Cuidado! As bancas trocam "dependentes"

L.R.F.

LEI DE
= RESPONSABILIDADE =
FISCAL

CONCEITOS IMPORTANTES



• Empresa estatal dependente:

- = Empresa controlada que recebe do ente controlador recursos financeiros para:
 - Pagamento de despesa com pessoal
 - Custeio em geral
 - Despesas de capital
 (Excluídos aqueles provenientes de aumento da participação acionária)

• Receita corrente líquida:

- = Receitas:
 - Tributárias + de contribuições
 - + patrimoniais + industriais
 - + agropecuárias + de serviços
 - + transferências correntes
 - + outras receitas correntes
- Deduzidos:
 - Contribuições dos servidores ao RPPS
 - + compensações financeiras entre os sistemas previdenciários.
 - União: transferências constitucionais ou legais + da seguridade/PIS/PASEP
 - Estados: transferências constitucionais aos municípios
 - DF/Amapá/Roraima: recursos recebidos da União.

A RCL é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos 11 meses anteriores, excluídas as duplicidades.

PLANO PLURIANUAL NA L.R.F.

- O art. 3º as L.R.F. foi **vetado** (Único que tratava exclusivamente do PPA)
- O PPA aparece em outros dispositivos:
 - A L.O.A. não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que **não esteja previsto no plano plurianual** ou em lei que autorize sua inclusão.

L.D.O. NA L.R.F.

- A L.R.F. **aumentou** o rol de **funções** da LDO, que também deverá **dispor sobre**:
 - Equilíbrio entre receitas e despesas
 - Critérios/formas de limitação de empenho
 - Controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos orçamentários.
 - Demais condições/exigências para transferências de recursos a entidades públicas/privadas.
- Criação de 2 **anexos** à L.D.O. **📣 IMPORTANTE!**

L.R.F.

LEI DE
= RESPONSABILIDADE =
FISCAL

L.O.A. NA L.R.F.

- A L.O.A. será compatível com { P.P.A.
L.D.O.
L.R.F.
- Conterá:
 - Em anexo, demonstrativo da **compatibilidade** da programação dos orçamentos com os objetivos e metas do anexo de **metas fiscais da L.D.O.**
 - **Demonstrativo** regionalizado **do efeito** das isenções, anistias, remissões, subsídios, benefícios e medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado **sobre as receitas e despesas.**
- **Reserva de contingência**
 - Forma de utilização e montante serão definidos na L.D.O. (Definido com base na receita corrente líquida)
 - Destinada ao atendimento de passivos contingentes + riscos/eventos fiscais imprevisíveis.

ANEXO DE METAS FISCAIS

- Estabelece **metas anuais** de:
 - Receitas (Em valores correntes e constantes)
 - Despesas
 - Resultados nominal e primário
 - Montante da dívida pública.
- para o exercício a que se referirem
+ para os dos seguintes.

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

- Avalia os **passivos contingentes** e **outros riscos** capazes de afetar as contas públicas
 - + Informa **providências** a serem tomadas caso se concretizarem.

A mensagem que encaminhar a LDO da União, apresentará em **anexo específico**:

- Os **objetivos** objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial
- + **parâmetros e projeções** para seus principais agregados e variáveis
- + **metas de inflação** para o exercício subsequente.

PUBLICAÇÃO DA L.O.A.

Até **30 dias** após a publicação da L.O.A., o poder executivo estabelecerá:

- Programação financeira
- Cronograma de execução mensal de desembolso.

Os recursos **legalmente vinculados** à finalidade específica serão utilizados **exclusivamente** para atender o objeto de sua vinculação.

➡ Ainda que em exercício diverso do que ocorrer o ingresso.

LIMITAÇÃO DE EMPENHO E

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Se verificado, ao **final de um bimestre**, que a **realização da receita** poderá não comportar o cumprimento das **metas de resultado** primário ou nominal do anexo de metas fiscais:

- Os Poderes e o M.P. promoverão, nos **30 dias** subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira (Segundo os critérios da L.D.O.)
(O poder executivo não é autorizado a limitar os demais poderes/MP)
- Medida tomada pelo ente também para **reconduzir a dívida** ao limite.

L.R.F.

**LEI DE
= RESPONSABILIDADE =
FISCAL**

CUMPRIMENTO DE METAS

- Ao final de { Maio
Setembro
Fevereiro, } o Poder **Executivo** demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada **quadrimestre**.
- **90 dias** após o encerramento de cada **semestre**, o **banco central** apresentará a avaliação do cumprimento de **objetivos** e metas das políticas monetária, creditícia e cambial.

CUIDADO!



- Não serão objeto de limitação as despesas:
 - que constituem **obrigação constitucional ou legal** do ente (Inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida)
 - as relativas à **inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico** custeadas por fundo criado para tal finalidade **NOVIDADE!**
 - as **ressalvadas pela L.D.O.**
- O **restabelecimento da receita** prevista recompõe as dotações limitadas **proporcionalmente** às reduções efetivadas (ainda que parcial)

DESPESA COM PESSOAL

= Total de **gastos** do ente com:

- Ativos (Inclui terceirizados para a substituição de servidor/empregado)
- Inativos = "outras despesas com pessoal"
- Pensionistas
- Relativos a:
 - Mandatos eletivos
 - Cargos (Civis, militares e de membros do poder)
 - Funções
 - Empregos
- Quaisquer espécies remuneratórias:
 - Vencimentos e vantagens (Fixas e variáveis)
 - + Subsídios
 - + Proventos de {aposentadorias, reformas, pensões}
 - + Adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais
 - + Encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente à previdência.
- Não inclui despesas de natureza indenizatória.

NOVIDADE! (EC 120/22)
os recursos repassados pela União para pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não serão incluídos no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal

L.R.F.

LEI DE
= RESPONSABILIDADE =
FISCAL

É apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos 11 meses anteriores, segundo o regime de competência, independentemente de empenho

LIMITES

DESPESA TOTAL COM PESSOAL:

ENTE	LIMITE (% da receita corrente líquida)
União	50%
Estados	60%
Municípios	60%

será observada a remuneração bruta do servidor, sem qualquer dedução ou retenção, ressalvado o "abate-teto" (alterações trazidas pela Lei Complementar 178/2021)

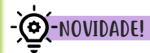
LIMITES POR ESFERA

UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
Executivo: 40,9%	Executivo: 49%	Executivo: 54%
Legislativo: 2,5% (+TCU)	Legislativo: 3% (+TCE)	Legislativo: 6% (+TCM)
Judiciário: 6%	Judiciário: 6%	
MPU: 0,6%	MPE: 2%	

L.R.F.

LEI DE
= RESPONSABILIDADE =
FISCAL

DESPESA COM PESSOAL



Na verificação do atendimento dos limites, não serão computadas as despesas:

- de indenização por demissão
- relativas a incentivos à demissão voluntária;
- derivadas da convocação extraordinária do congresso em caso de urgência ou interesse público relevante;
- decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração
- com pessoal, do DF, do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União

- com inativos e pensionistas (ainda que pagas por intermédio de unidade gestora única ou fundo) quanto à parcela custeada por recursos provenientes: (Lei Complementar 178/2021)
 - da arrecadação de contribuições dos segurados;
 - da compensação financeira entre os regimes;
 - de transferências destinadas a promover o equilíbrio atuarial do regime de previdência;
 (Lei Complementar 178/2021)

Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, é vedada a dedução da parcela custeada com recursos aportados para a cobertura do déficit financeiro dos regimes de previdência. (Lei Complementar 178/2021)

L.R.F.

**LEI DE
= RESPONSABILIDADE =
FISCAL**

DESPESAS COM PESSOAL

CONTROLE




Limite de alerta = 90% do limite

- Os T.C.s vão **alertar** o poder/órgão.
(verificam o cálculo)
- Não há sanções/vedações.


Limite prudencial = 95% do limite

- O poder/órgão incorre em **vedações**:
 - Criação de cargo/emprego/função.
 - Alteração na carreira com aumento de despesa.
 - Provimento/contratação de pessoal
(Ressalvada reposição de aposentados ou falecidos na educação, saúde e segurança)
 - Contratação de horas extras.
(Salvo exceções legais)
 - Concessão de aumento, reajuste,..., de remuneração.
(Salvo por sentença judicial, determinação legal/contratual)

Limite ultrapassado = > 100% do limite

- O poder/órgão incorre nas **vedações** do limite prudencial
- + deve eliminar o excesso em **2 quadrimestres**.
(Pelo menos 1/3 no 1º quadrimestre)
- Providências:
 - Redução de **> 20%** das despesas com cargo em comissão e função de confiança.
 - Exoneração de servidores não estáveis
 - Exoneração de servidores estáveis
 - O servidor terá indenização de 1 mês de remuneração por ano de trabalho.
 - O cargo será extinto, vedada criação de outro semelhante por 4 anos.
- Não reduzida no prazo, o poder ou órgão não poderá:
 - Receber transferências voluntárias (Ressalvadas educação, saúde e assistência)
 - Obter garantia direta/indireta de outro ente.
 - Contratar operações de crédito
(Ressalvadas para o pagamento da dívida mobiliária + visem a redução das despesas com pessoal)  **NOVIDADE!**

EXCEÇÕES AOS PRAZOS PARA REDUÇÃO

Aplicação imediata	Despesa com pessoal > limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato.
Suspensão	Calamidade pública (Reconhecida pelo Legislativo)  ATENÇÃO! não se aplica mais ao estado de defesa/sítio
Duplicação	Crescimento real baixo/negativo do P.I.B. por ≥ 4 trimestres.
Não se aplicam	Em caso de queda se receita real > 10% em municípios (Quadrimestre correspondente ao exercício anterior) devido a diminuições em transferências e receitas recebidas do fundo de participação dos municípios, royalties e participações especiais.

L.R.F.

LEI DE
= RESPONSABILIDADE-
FISCAL

NOVAS VEDAÇÕES NOVIDADE!

A LC 173/2020 acrescentou algumas vedações à LRF.

NORMAS LEGAIS

É nula de pleno direito a { aprovação,
edição ou de norma legal contendo
sanção,

plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, e a nomeação de aprovados em concurso público, quando resultar em aumento da despesa com pessoal :

- nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo; ou
- que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo.

também alcança o período de recondução ou reeleição para o cargo de titular do Poder ou órgão autônomo

AUMENTO DE DESPESA COM PESSOAL

É nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal:

- nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão ou
 - que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato
- agora só será possível o aumento escalonado se todas as parcelas do escalonamento ocorrerem dentro do mesmo mandato.

são considerados atos de "nomeação ou provimento":

- concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração,
- criação de cargos, empregos e funções
- alteração de estrutura de carreiras,
- admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título

pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público:

L.R.F.

LEI DE
= RESPONSABILIDADE =
FISCAL



DESPESAS COM A SEGURIDADE SOCIAL

- Nenhum benefício/serviço da seguridade social poderá ser

{	criado
	majorado
	estendido

 sem indicação da **fonte** de custeio total.
- É dispensada a compensação por aumento permanente de receita e redução permanente de despesa se o aumento da despesa decorrer de:
 - Concessão de benefício a quem satisfaça as condições de habilitação.
 - Expansão quantitativa do atendimento e dos serviços prestados.
 - Reajustamento do valor do benefício ou serviço a fim de preservar seu valor real.



DESPEZA OBRIGATÓRIA DE CARÁTER CONTINUADO

(D.O.C.C.)

= Despesa **corrente** derivada de

{	lei
	medida provisória ato normativo

que fixem para o ente a **obrigação legal** de sua execução por um período **superior a dois exercícios**.

(Ex.: aumento da remuneração dos servidores)

- Exigências** para criação/aumento de D.O.C.C. :
 - Estimativas** do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que entra em vigor **+** nos dois subsequentes.
 - Demonstração da **origem dos recursos**.
 - Comprovação de que **não afetará as metas** de resultados fiscais da L.D.O.
(com premissas e metodologia de cálculo +
exame de compatibilidade com P.P.A. e L.D.O.)
 - Compensação** de seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes , pelo aumento permanente de receita e redução permanente de despesa.

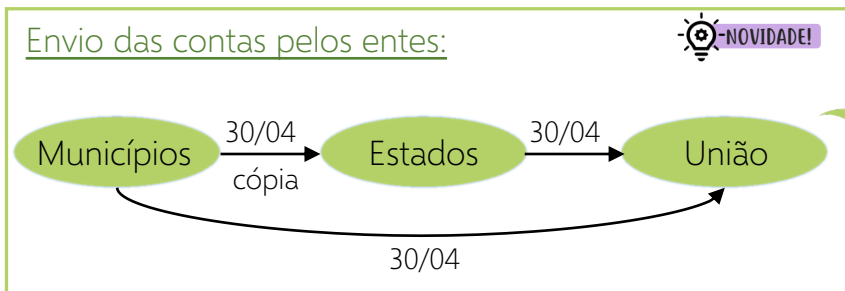
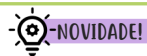
TRANSPARÊNCIA

- Instrumentos:
 - PPA, LDO, LOA
 - Prestações de contas + parecer prévio.
 - Relatório resumido de execução orçamentária + relatório de gestão fiscal.
 - Versões simplificadas desses documentos.
- Será assegurada mediante:
 - Incentivo à participação popular e audiências públicas.
 - Liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade em tempo real.
 - Adoção de sistema integrado de administração financeira e controle.

CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS

- Pelo Poder Executivo (Do exercício anterior)
- Até dia 30 de Junho
- Nacional e por esfera

Envio das contas pelos entes:



* a partir de 2022, todos os envios serão

FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL

- Pelo Poder legislativo, com auxílio dos tribunais de contas + sistema de controle interno de cada poder e do Ministério Público.
 - deverem ser consideradas as normas de padronização metodológica editadas pelo conselho de gestão fiscal.
- Fiscalizarão o cumprimento da L.R.F., com ênfase no que se refere a:
 - atingimento das metas da L.D.O.
 - limites e condições para:
 - realização de operações de crédito
 - inscrição de restos a pagar
 - medidas adotadas para o retorno total da despesa com pessoal ao limite
 - recondução das dívidas consolidada e mobiliária aos limites.
 - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos.
 - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver

L.R.F.

LEI DE
= RESPONSABILIDADE =
FISCAL

Descumprimento dos prazos impede que o ente:

- Receba transferências voluntárias
 - Contrate operações de créditos
- (Exceto para pagamento da dívida imobiliária)

L.R.F.

LEI DE
= RESPONSABILIDADE =
FISCAL

RELATÓRIOS



RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO)	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)
Pelo Poder executivo . (para lembrar; RREO)	Pelos titulares de poderes e órgãos .
Publicados até 30 dias após o encerramento de cada bimestre * (para lembrar: RREO) Municípios com até 50 mil habitantes podem optar pela divulgação semestral dos demonstrativos do RREO 2	Publicados até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre * Municípios com até 50 mil habitantes podem optar pela divulgação semestral do RGF.
<ul style="list-style-type: none"> = Balanço orçamentário + Demonstrativos de execução de receitas e despesas. Apuração/evolução da RCL + receitas e despesas previdenciárias + resultado nominal/primário + despesas com juros + restos a pagar 	<ul style="list-style-type: none"> = Comparativo com os limites da L.R.F.: <ul style="list-style-type: none"> Despesa total com pessoal Dívidas consolidadas/mobiliária Concessão de garantias Operações de créditos (Inclusive por ARO) Só no RGF do Executivo + no último quadrimestre: <ul style="list-style-type: none"> Disponibilidades em caixa em 31/12 Inscrição dos restos a pagar Cumprimento das exigências relativas às operações de crédito por A.R.O.

- * Descumprimento dos **prazos** impede que o ente:
- Receba transferências voluntárias
 - Contrate operações de créditos
- (Exceto para refinanciamento da dívida mobiliária)

GESTÃO FISCAL

- Requisitos essenciais da responsabilidade

na gestão fiscal:

- Instituição
 - Previsão
 - Efetiva arrecadação
- de todos os tributos de competência constitucional do ente

É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe isso no que se refere a impostos.

RECEITA PÚBLICA

PREVISÃO

- Obedecerá normas técnicas e legais, considerando os efeitos:
 - Das alterações na legislação
 - Da variação do índice de preços
 - Do crescimento econômico
 - De outros fatores relevantes

$$\text{Projeção} = \text{Base de cálculo} \times \text{Índice de preços} \times \text{Índice de quantidades} \times \text{Efeito da legislação}$$

Conforme série histórica da arrecadação

Variação média dos preços

Variações das quantidades de bens

- A reestimativa de receita pelo poder legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

L.R.F.

LEI DE
= RESPONSABILIDADE =
FISCAL

REGRA DE OURO

⚠️ IMPORTANTE!

- É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital
 - Ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo poder legislativo por maioria absoluta.
- Segundo a L.R.F.:
 - As operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não serão computadas para efeito da regra de ouro, desde que liquidada (com juros e outros encargos) até 10/12.

RENÚNCIA DE RECEITAS

- = Anistia + Remissão + Subsídio
- + Crédito presumido + Isenção não geral
- + Alteração de alíquotas/base de cálculo que implique redução discriminada de tributos
- + Outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

- Requisitos:
 - Ter estimativa do impacto orçamentário financeiro
 - Atender ao disposto na L.D.O.
 - Atender a pelo menos uma:
 - Demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa da L.O.A. + Não afetará as metas do anexo de metas fiscais da L.D.O.
- Medidas de compensação por aumento da receita.
 - Elevação de alíquota + ampliação da base de cálculo + majoração ou criação de tributo/contribuição

Mudanças em alíquotas, bases de cálculo...

No exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes

L.R.F.

LEI DE
= RESPONSABILIDADE =
FISCAL


GESTÃO PATRIMONIAL

DISPONIBILIDADES DE CAIXA

ENTE	DEPÓSITO
União	Banco Central
Estados, DF e Municípios	Instituições financeiras oficiais

- As disponibilidades dos regimes de **previdência** social (Geral e próprio) ficam depositadas em contas **separadas**.

ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS

- É **vedada** a aplicação da receita de capital derivada da **alienação** de bens/direitos para o financiamento de **despesas correntes**.
 **Salvo** se destinada por lei aos regimes de **previdência** (Geral e próprio)

DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL URBANO

- É **nulo** de pleno direito a desapropriação sem:
 - Prévia e justa indenização em dinheiro **ou**
 - Seu prévio depósito judicial

CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

- A L.O.A. e leis de créditos adicionais só incluirão **novos** projetos **após** atendidos os **em andamento** e contempladas as despesas de conservação do patrimônio. (Nos termos da L.D.O.)

EMPRESAS CONTROLADAS PELO PODER PÚBLICO

- A empresa controlada pelo Poder Público que firmar **contrato de gestão**, em que se estabeleça objetivos e metas de desempenho, disporá de autonomia
 - Orçamentária
 - Gerencial
 - Financeira

TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

- = Entrega de **recursos** correntes ou de capital a **outro ente**, a título de:
 - Cooperação
 - Auxílio
 - Assistência financeira
 - Que não decorra de determinação constitucional, legal ou ao S.U.S
- Exigências:
 - Aquelas da **L.D.O.**
 - Existência de **dotação específica**
 - **Não** ser para pagamento de despesas com **pessoal**.
- **Comprovação** pelo beneficiário de:
 - Que está em dia com pagamentos devidos ao ente transferidor
 - + prestações de contas.
 - Cumprimento dos limites:
 - Em educação e saúde
 - + Das dívidas consolidadas e mobiliária.
 - Operações de crédito (Inclusive por A.R.O.) .
 - De inscrição de restos a pagar.
 - De despesa total com pessoal.
- Previsão orçamentária de contrapartida.
- As sanções de **suspensão** das T.V. **não** se aplicam àquelas destinadas a:
 - Educação
 - Saúde
 - Assistência Social

L.R.F.

LEI DE
= RESPONSABILIDADE =
FISCAL

DESTINAÇÕES DE RECURSOS AO SETOR PRIVADO

- Devem:
 - Ser **autorizadas por lei específica**.
 - Atender às condições da **L.D.O.**
 - Estar previstas no **orçamento ou em créditos adicionais**.
 - Inclui:
 - Empréstimos
 - Financiamentos e refinanciamentos (Inclusive as respectivas prorrogações)
 - Aplica-se, também, a:
 - Administração Direta (Exceto no exercício de suas atribuições precípuas)
 - + Instituições financeiras
 - + BACEN
- Na **concessão de crédito** a pessoa física ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, **encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não** serão inferiores aos definidos em lei ou aos custos de captação.
- **Salvo** mediante lei específica, **não** podem ser usados recursos públicos para socorrer instituições do **sistema financeiro** nacional
 - (Ainda que mediante concessão de empréstimos de recuperação/financiamento p/ mudança de controle acionário.)

L.R.F.

= LEI DE RESPONSABILIDADE =
FISCAL


DÍVIDA PÚBLICA

DÍVIDA FUNDADA (consolidada)

Compromissos de exigibilidade > 12 meses e que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Para a L.R.F.: = montante total apurado sem duplicidades, das obrigações do ente da federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e de operações de crédito, para amortização em prazo superior a 12 meses.

Incluiu também:

- Operações de crédito em prazo inferior a 12 meses cujas receitas tenha constado do orçamento.
- **Precatórios** judiciais não pagam na execução do orçamento em que incluídos.  para a União emissão de títulos de responsabilidade do **BACEN**.

DÍVIDA FLUTUANTE


- Restos a pagar (Excluídos os serviços da dívida)
- Serviços da dívida a pagar
- Depósitos
- Débitos em tesouraria (Operações de crédito por A.R.O.)
- papel moeda ou moeda fiduciária

DÍVIDA PÚBLICA


LIMITES (Em relação à R.C.L.)

OBJETO	UNIÃO	ESTADOS/DF	MUNICÍPIOS
Dívida consolidada	Não há	200%	120%
Contratação de operações de crédito	60%	16%	16%
Concessão de garantias	60%	22%	22%
Pagamento dos serviços da dívida	Não há	11,5%	11,5%
Contratação de operações por A.R.O.	Não há	7%	7%

RECONDUÇÃO AO LIMITE

- Deve ser feita em até 3 quadrimestres, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.
- Sanções (Enquanto perdurar o excesso):
 - Proibido de realizar operações de crédito,  inclusive por A.R.O. (ressalvadas as para pagamento de dívidas mobiliárias)
 - Deve obter resultado primário necessário à recondução, promovendo, entre outros, limitação de empenho.
 - Não reduzida no prazo, o ente não poderá receber transferências voluntárias.

EXCEÇÕES AOS PRAZOS P/ RECONDUÇÃO

Aplicação imediata	Dívida > limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato.
Suspensão	Calamidade pública (Reconhecida pelo Legislativo)  ATENÇÃO! não se aplica mais ao estado de defesa/sítio
Duplicação	Crescimento real baixo/negativo do P.I.B por ≥ 4 trimestres
Ampliação	Em casos de mudanças drásticas das políticas monetária/cambial

Em até 4 quadrimestres

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

REGRAS GERAIS

1. Prévia/expressa **autorização na L.O.A.**, em créditos adicionais ou em lei específica.
2. Inclusão no **orçamento ou em créditos adicionais** dos recursos provenientes da operação.
3. Observância dos **limites e condições** fixados pelo Senado.
4. **Autorização específica do Senado**, no caso de crédito externo.
5. Atendimento à **regra de ouro**.
6. Atendimento da **L.R.F.**

OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA (A.R.O.)

- Para atender a **insuficiência de caixa**.
- A **L.O.A.** pode autorizar o executivo a realiza-las.
- Atende às **exigências** das demais operações de crédito **+** :
 - A partir do 10º dia do exercício (**10/jan**).
 - Deve ser liquidada até **10/dez**.
 - Não será autorizada se cobrados outros encargos que não a **taxa de juros**.
 - **Proibida:**
 - Enquanto houver A.R.O. anterior não integralmente resgatada
 - No último ano de mandato do chefe do executivo.
- Se liquidadas no prazo, **não** são computadas para efeito da

L.R.F.

**LEI DE
= RESPONSABILIDADE =
FISCAL**

VEDAÇÕES

- O BACEN **não** emitirá títulos da dívida pública.
- É **proibida** a operação de crédito entre:



- Títulos da dívida pública para atender a investimentos de seus clientes.
- Títulos da dívida da união para aplicação de recursos próprios.

- É vedada a **operação de crédito** entre entes da federação.

ressalvadas operações entre instituição financeira estatal e outro ente, desde que não seja para financiar despesas correntes ou refinanciar dívidas **não contraídas** com a própria instituição.

Equiparam-se a **operações de crédito** e estão **vedados**:

- Antecipação de tributo/contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido
- Recebimentos de valores de empresas estatais, ressalvados lucros/dividendos.
- Assunção de obrigação sem autorização orçamentária com fornecedores para pagamento a posteriori de bens/serviços
- Assunção de compromisso/confissão de dívida com fornecedores mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito. (Não se aplica a empresa estatal dependente)

LR.F.

LEI DE
= RESPONSABILIDADE =
FISCAL

GARANTIA E CONTRAGARANTIA NA LR.F.

- Condições para o fornecimento de **garantia** pelos entes:
 - Oferecimento de **contragarantia** (Valor igual ou superior ao da garantia)
 - Adimplência do ente requisitante frente o garantidor e seus controlados.
- **Não** é exigida contragarantia de órgão/entidades do **próprio ente**.
- A **contragarantia** pode consistir na vinculação de receitas **tributárias**, com outorga ao garantidor do poder de reter transferências constitucionais.
- É **nula** a garantia concedida acima dos limites fixados pelo Senado.
- É **vedado** às entidades da **Administração Indireta** conceder garantias.
 - ↪ Salvo:
 - Instituição financeira a empresa nacional
 - Empresa controlada a subsidiária

BANCO CENTRAL

- Está **sujeito às vedações** relacionadas às operações de crédito entre os entes.
- **Não** emitirá **títulos da dívida pública**, nem concederá **garantias**.
- É **vedado** ao **tesouro nacional** adquirir títulos da dívida pública federal da carteira do BACEN, **salvo** para reduzir a dívida mobiliária.

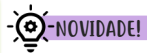
RESTOS A PAGAR NA LR.F.

- = Despesas **empenhadas**, mas **não pagas**.
- É **vedado** ao titular de poder/órgão, nos **últimos 2 quadrimestres** de seu mandato, contratar **obrigação** de despesa que:
 - **Não** possa ser cumprida integralmente no exercício **ou**
 - com **parcelas** a serem pagas no exercício seguinte **sem** suficiente disponibilidade de **caixa**.

l.r.f.

= LEI DE RESPONSABILIDADE =
FISCAL

CALAMIDADE PÚBLICA



A LC 173/2020 trouxe **novas disposições** acerca do estado de **Calamidade pública** e suas **consequências para as finanças públicas** (art. 65).

Essas dispensas aplicam-se exclusivamente:

- às **unidades da Federação** atingidas e enquanto perdurar o referido estado de calamidade;
- aos **atos de gestão orçamentária e financeira necessários** ao atendimento de despesas relacionadas ao cumprimento do decreto legislativo;

Não são afastadas as disposições relativas a transparência, controle e fiscalização.

DISPENSAS

Na ocorrência de **Calamidade pública**, serão **dispensados os limites, condições e demais restrições** aplicáveis à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios, bem como sua verificação, para:

- contratação e aditamento de **operações de crédito**;
- concessão de **garantias**;
- contratação **entre entes** da Federação; e
- recebimento de **transferências voluntárias**;

DISPENSAS

Na ocorrência de **Calamidade pública**, serão **dispensados os limites e afastadas as vedações e sanções** previstas e decorrentes dos **artigos**:

- **35** (operação de crédito entre entes),
- **37** (operação equiparadas a operações de crédito) e
- **42** (contração de despesa pelo titular de poder/órgão nos últimos dois quadrimestres de seu mandato),

+ será dispensado o cumprimento do disposto no parágrafo único do **art. 8º** (recursos legalmente vinculados a finalidade específica só podem ser usados para atender ao objeto de sua vinculação), **desde que os recursos arrecadados sejam destinados ao combate à calamidade pública**;

No caso de **aditamento de operações de crédito garantidas pela União**, a garantia será mantida, não sendo necessária a alteração dos contratos de garantia e de contragarantia vigentes

Na ocorrência de **Calamidade pública**, serão **afastadas as condições e as vedações** previstas nos artigos:

- **14** (concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita),
- **16** (exigências de acompanhamento, para a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa) e
- **17** (exigências para a criação das despesas obrigatórias de caráter continuado),

desde que o incentivo ou benefício e a criação ou o aumento da despesa **sejam destinados ao combate à calamidade pública**.